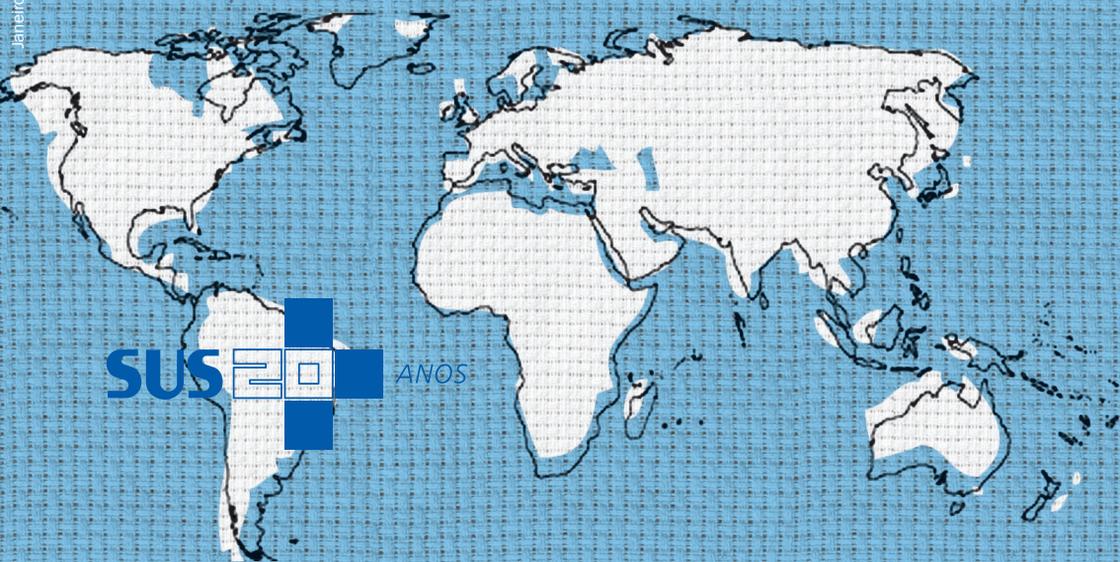


SUS. UM SISTEMA DE SAÚDE ÚNICO NO MUNDO.

CONHEÇA MAIS
SOBRE O SUS.
MAIS QUE UMA
CONQUISTA, UM
PATRIMÔNIO DO
POVO BRASILEIRO.

Janeiro/2009



Ministério
da Saúde



SUS.

**A MAIOR POLÍTICA
DE INCLUSÃO SOCIAL
DO POVO BRASILEIRO.**

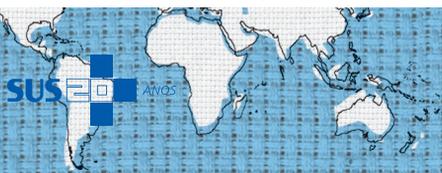
O Sistema Único de Saúde – SUS, no Brasil, é fruto de uma luta popular pela democracia e pelo direito à saúde. Essa luta aglutinou diversos setores da sociedade articulados no Movimento pela Reforma Sanitária, que teve na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, um momento político que culminou na aprovação das diretrizes e dos princípios norteadores do SUS: universalização do acesso com equidade, integralidade da atenção, unificação institucional do sistema, descentralização, regionalização, hierarquização da rede de serviços e participação da comunidade. Essas diretrizes subsidiaram os parlamentares da Assembléia Nacional Constituinte e foram incorporados no texto da Constituição de 1988.

Nesse contexto, a saúde passa a integrar o Sistema de Seguridade Social, garantindo a universalidade dos benefícios, independentemente do cidadão ter ou não contribuído, marcando o compromisso solidário do conjunto da sociedade. É uma política democrática e generosa, que

produz empregos, distribui renda e que atende a todos os brasileiros e estrangeiros que transitam no país, sem exigir qualquer documento.

O SUS é responsável pela atenção, cuidado e vigilância à saúde, exercidos em todas as dimensões e níveis, do individual ao coletivo, da atenção primária à especializada. Com a implantação e implementação do SUS, o direito à saúde deixa de ser privilégio dos contribuintes da Previdência e se estende a todos os cidadãos, ocorrendo desta forma uma responsabilização do Estado por garantir este direito.

O SUS é uma política social contra-hegemônica que resiste aos golpes permanentes aplicados pelos que preferem o tratamento da doença como mercadoria, assim como a redução do papel do Estado nas políticas sociais. A saúde é intensamente desejada pelo mercado como fonte inesgotável de lucros, e nesse sentido destaca-se a expressiva mobilização da sociedade, dos usuários, trabalhadores e gestores da saúde, além do grande contingente

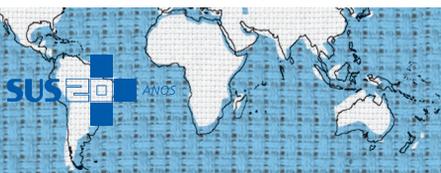


de movimentos sociais que, incansavelmente, atuam em defesa

do SUS, impedindo retrocessos e contribuindo para a sua consolidação.

As inúmeras ações qualificadas, quando quantificadas, comprovam a grandiosidade do SUS: mais de dois milhões de internações e 15 mil transplantes de órgãos/ano; produção anual de mais de 170 milhões de consultas; ações da estratégia Saúde da Família desenvolvidas por 29 mil equipes que mobilizam mais de 220 mil agentes comunitários de saúde e cerca de 17 mil equipes de saúde bucal, ações para um contingente de mais de 90 milhões de brasileiros em todo o território nacional, fundamentais para a queda da mortalidade infantil de 46,9 por mil nascidos vivos em 1990 para 24,9 por mil nascidos vivos em 2008; Programas Nacionais de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS e de Imunização, hoje referências internacionais; Programa de Humanização da Saúde e Prevenção de Violências na perspectiva da

promoção da saúde; implantação de Centros de Especialidades Odontológicas por meio da Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente –, ampliando o acesso da população a ações especializadas em odontologia; ampliação do acesso a medicamentos excepcionais, de alto custo e farmácia básica, associado ao programa Farmácia Popular, presente em 24 estados da Federação; desenvolvimento de políticas envolvendo a reforma do sistema psiquiátrico, modificando de forma considerável o tratamento dado aos portadores de transtorno mental, com a instituição do programa De Volta para Casa; implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, que conta hoje com cerca de 140 unidades instaladas em todos os estados da Federação, com uma cobertura de mais de 100 milhões de habitantes em 1.163 municípios.



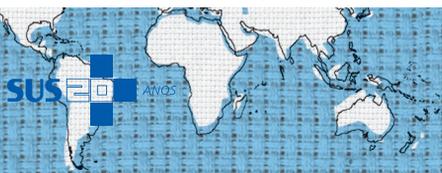
Nos 20 anos de existência do SUS, o povo brasileiro pode contabilizar muitos avanços, na saúde, entre os quais se destacam:

- descentralização para estados e municípios por meio de prática permanente de negociação, constituindo-se como verdadeiro exemplo de pacto federativo;
- expansão de cobertura e acesso, criação da atenção básica e da estratégia Saúde da Família, com ampliação da retaguarda especializada;
- sistema de atendimento eficiente para urgências e emergências;
- política de formação e educação permanente de trabalhadores da saúde, articulando serviços com centros formadores;
- expansão do investimento em ciência e tecnologia e inovações por meio de robusta política, construída com ampla participação de gestores da saúde e da comunidade científica nacional;
- qualificação do processo de gestão do sistema, fundamentado na estratégia da participação da comunidade no planejamento, monitoramento e avaliação, ouvidoria e auditoria;

- fortalecimento da participação e do controle social, com a implantação e funcionamento de 5.564 conselhos municipais (100%), 27 conselhos estaduais e um Conselho Nacional de Saúde, com função deliberativa sobre as respectivas políticas de saúde, compostos por meio da participação paritária de 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de dirigentes e gestores do sistema;
- políticas de enfrentamento das desigualdades e iniquidades em saúde destinadas a populações em situação de rua, LGBT, negros, camponeses, moradores das florestas, indígenas, ciganos etc.;
- implementação de ações de controle de endemias e de vigilância em saúde, incluindo a vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental.

Ao celebrar os 20 anos de sua implantação, alguns desafios se apresentam para usuários, trabalhadores, gestores do SUS e população em geral, nas próximas duas décadas:

- retomar o debate, posicionando a saúde como questão estratégica para a democracia e mobilizar



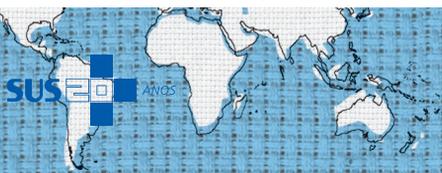
o conjunto das forças sociais nele envolvidas, reforçando a participação popular pelo direito à saúde e em defesa do SUS, como previsto no Pacto pela Saúde, uma das mais importantes iniciativas do Governo Federal;

- garantir financiamento permanente para o sistema, por meio de fontes estáveis e vinculadas à saúde, com destinação discutida e aprovada pelos conselhos de saúde;
- melhorar a rede de atenção e de cuidado, qualificando e garantindo a universalidade e a integralidade, com qualidade e humanização;
- implementar, nas três esferas de gestão, mecanismos de vínculo e profissionalização dos trabalhadores da saúde e implantar a política de gestão do trabalho e educação em saúde, com planos de cargos e salários condizentes à função social desses trabalhadores;
- adotar mecanismos transparentes de controle, monitoramento e avaliação para apoiar o combate à corrupção e o bom desempenho do sistema;
- aperfeiçoar os mecanismos de participação e de controle social,

qualificando os conselheiros na sua função de representantes de setores da sociedade na democracia participativa voltada à consolidação do SUS e da saúde como direito.

Nessa perspectiva, o Ministério da Saúde entende ser muito importante a participação de todos na consolidação do direito à saúde como uma questão básica para a democracia no Brasil. Ao mesmo tempo, debater sobre a importância de preservação do SUS como patrimônio social da humanidade não apenas para impedir retrocessos em relação aos seus princípios norteadores, mas, também, como caso exemplar de sistema de saúde para outros países.

O SUS, com esse caráter de política inclusiva, solidária e universal, que acolhe todos os cidadãos, independentemente de sua nacionalidade e sem exigir qualquer documento, deve ser reconhecido e celebrado como um patrimônio cultural e social não só do povo brasileiro, mas da humanidade.



SUS, la política universal que abarca a todos los ciudadanos, independientemente de su nacionalidad debe ser reconocido y celebrado como un patrimonio social y cultural no sólo del pueblo brasileño, sino de la humanidad.

En consecuencia, el Ministerio de Salud considera que es muy importante la participación de todos en la consolidación del derecho a la salud, incluyendo en la agenda de la democracia. Al mismo tiempo, la importancia de preservar el SUS como una conquista popular o sea, una política social que debe ser valorada como patrimonio de la humanidad. El SUS como patrimonio social de la humanidad va servir no sólo para evitar retrocesos en relación con sus principios rectores, sino también como un ejemplo para otros países.



- ejecución de las acciones de control y vigilancia de enfermedades incluyendo la epidemiológica, la sanitaria y la ambiental.

Además de celebrar los 20 años de su aplicación, se presentan algunos desafíos a la población en general y de forma especial a los usuarios, trabajadores, gestores del SUS para las próximas dos décadas:

- reanudar el debate volver a posicionar el tema de salud como estratégica para la democracia y la movilización de todas las fuerzas sociales involucradas, el aumento de la participación popular y la lucha por el derecho a la salud y en defensa del SUS, de acuerdo a lo dispuesto en el "Pacto por la Salud", una de las más importantes iniciativas del Gobierno Federal; asegurar una financiación permanente para el sistema, mediante presupuestos estables, con destino discutido y aprobado por los consejos de salud;
- mejorar los mecanismos de participación y control social, la calificación y el papel de los representantes de los sectores de la sociedad en la democracia participativa para la consolidación del SUS y de la salud como un derecho.
- mejorar los mecanismos de control, supervisión y evaluación eficaces de apoyo a la lucha contra la corrupción y el buen desempeño del sistema;
- adoptar mecanismos transparentes de control, supervisión y evaluación de control, supervisión y evaluación de estos trabajadores, y salarios en consonancia con la función social de estos trabajadores, planes para la creación de empleo y la educación para la salud, con la política de gestión del trabajo de los trabajadores de la salud y aplicar perfeccionamiento y vinculo de los gestores, los mecanismos de más aplicación, en los tres ámbitos de la humanización;
- e integralidad, con calidad y garantizar la universalidad y cuidado, de calificación y atención de la red de atención





movilización permanente para resistir los golpes que son aplicados por los que tratan la enfermedad como una mercancía o aún los que quieren la reducción del papel del Estado. En hecho el sector de la salud es muy deseador por el mercado como una fuente de lucros. En ese sentido hay una movilización significativa de la sociedad, de los usuarios, los trabajadores de la salud, los gerentes y muchos movimientos sociales, que, sin descanso, actúan en defensa del SUS, impediendo los retrocesos y contribuyendo a su consolidación.

En 20 años de existencia del SUS, el pueblo brasileño puede contar con muchos avances en materia de salud:

- la transferencia de competencias a los estados y municipios por medio de la práctica permanente de la negociación que se ha convertido en un ejemplo real de pacto federativo;
- ampliación de la cobertura y el

- acceso, la creación de la atención básica, la estrategia de salud de la familia;
- sistema eficiente de atención a situaciones de emergencias
- la política de formación y educación continua de los trabajadores de la salud, los servicios articulados con los centros de formación;
- expansión de la inversión en ciencia y tecnología y la innovación a través de políticas sólidas, elaborada con una amplia participación de los directivos de la salud y la comunidad científica nacional;
- calificación de la gestión del sistema, con la estrategia de la participación de la comunidad en la planificación, seguimiento, monitoreo y evaluación;
- políticas para hacer frente a las desigualdades e inequidades en salud de las personas en situación de calle, LGBT, negros, campesinos, indígenas, gitanos, etc.

El Sistema Único de Salud - SUS, en Brasil, es el resultado de una lucha popular por la democracia y el derecho a la salud. Esta lucha, junto con diversos sectores de la sociedad fue articulada por el Movimiento de la Reforma Sanitaria, que tuvo en la 8ª Conferencia Nacional sobre la Salud, celebrada en marzo de 1986, un impulso político que culminó en la aprobación de las directrices y principios que guían el SUS: el acceso universal con equidad, la integralidad de la atención y cuidado, la participación de la comunidad y la unificación del sistema tomando como base la descentralización, la regionalización y la red jerárquica de los servicios. Este aporte que subvenciona los parlamentarios de la Asamblea Nacional Constituyente que incorporó las propuestas en el texto de la Constitución de 1988.

En este contexto, la salud se convierte en parte del sistema de Seguridad Social, garantizando la universalidad de los beneficios a los ciudadanos

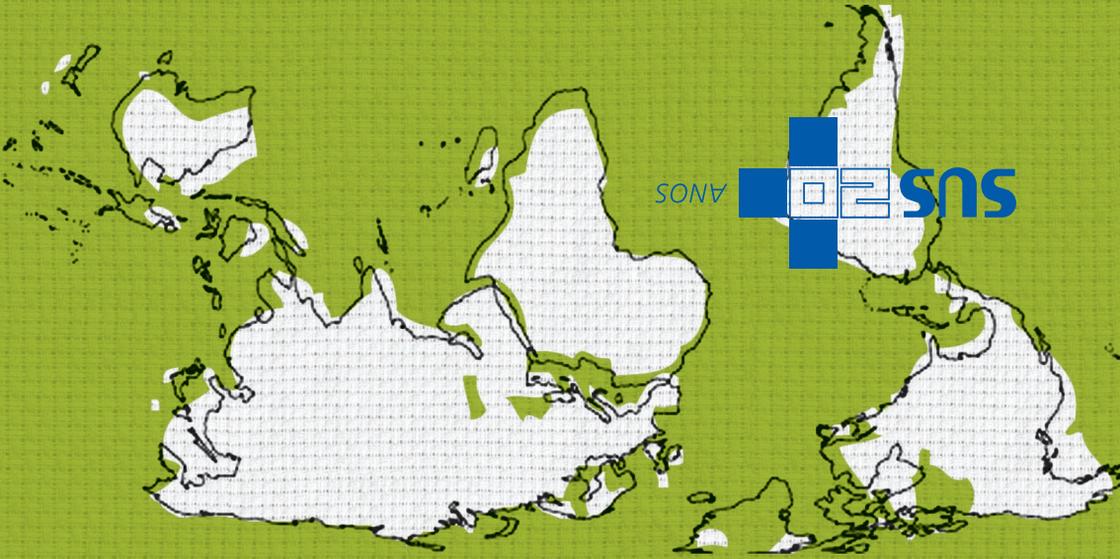
El SUS es responsable por el cuidado, la atención sanitaria y la vigilancia de la salud, llevados a cabo en todas sus dimensiones y niveles, desde los aspectos individuales a los colectivos, desde la atención primaria a los niveles más complejos y especializados. Con la implementación del SUS, ocurre una resignificación política del derecho a la salud, que ya no es el privilegio de los contribuyentes del sistema de seguridad pero se extiende a todos los ciudadanos. Lo resultado es la responsabilidad del Estado para garantizar el derecho a la salud.

El SUS es una política social contra-hegemónica y es necesario la



LA GRANDE POLITICA
DE INCLUSION SOCIAL
DEL PUEBLO BRASILEÑO.

SUS.



SUS. UN
SISTEMA
DE SALUD
UNICO EN
EL MUNDO.
SEPA MÀS
DEL SUS.
MÀ QUE UNA
CONQUISTA, UN
PATRIMONIO DEL
PUEBLO BRASILEÑO.